



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JANEIRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 158

3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Ato do Presidente..... | 02 |
| Mesa Executiva | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Mensagens | 03 |
| Ofícios..... | 04 |
| Ato | 08 |
| Requerimentos | 08 |
| Pequeno Expediente:: | |
| Dep. José Domingos Scarpellini | 10 |
| Dep. Barbosa Neto | 11 |

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto..... 15

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão / Votação:

2ª Discussão 19

1ª Discussão 22

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT 26

DIÁRIO Nº 158

3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2007

(quarta-feira)

Ato do Presidente:

ATO DO PRESIDENTE Nº 04/07

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Incluir, a pedido do Sr. Governador do Estado, a Mensagem nº 03/07, na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Ato do Presidente nº 01/07, de 11 de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton

Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Renato Gaúcho (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 003/07

Curitiba, 17 de janeiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover os atos complementares que se fizerem necessários à efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente necessário e consulta plenamente aos superiores interesses públicos, mormente aos do ensino de terceiro grau do Estado do Paraná, eis que, conforme manifestações da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior não há dúvida quanto à conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, asseverando:

“Em decorrência da criação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) pela Lei Estadual nº 15.300, de 28.09.06, como autarquia estadual que integrou, entre outras quatro Instituições, a Fundação Faculdade Luiz Meneghel (FFALM), encaminho à elevada apreciação de V. Exa. minuta de projeto de lei que objetiva a regularização do ressarcimento dos valores da folha de pagamento da Faculdade Estadual Luiz Meneghel de Bandeirantes - FALM, estadualizada pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, de conformidade com o Decreto Estadual nº 1.052, de 11 de abril de 2003, em atendimento à autorização constante da Lei Estadual nº 13.385/01.

O pagamento dos servidores/funcionários da FALM tem sido efetuado, de forma provisória, por meio de termos de convênios firmados anualmente entre a Universidade Estadual do Paraná - Unespar (entidade não formalizada) e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM (entidade em extinção), com a anuência desta Pasta e do Município de Bandeirantes. Além de recursos para a folha de pagamento, os convênios têm também coberto uma parte do custeio da entidade estadualizada.

A edição desta lei, ora em proposição, tem como objetivo viabilizar a organização e a gestão da entidade estadualizada dentro do contexto do Sistema Estadual de Ensino Superior, respeitando o aproveitamento da totalidade da força de trabalho da FALM (docentes e técnicos-administrativos) na sua transformação como um importante Campus da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, plenamente ajustado ao artigo 8º da Lei Estadual nº 15.300/06 que autoriza a celebração de convênio para esta finalidade.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos necessários a efetivar a estadualização, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (Lei nº 15.300/06), independentemente de indenização, da Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM, situada no Município e Comarca de Bandeirantes, neste Estado.

Art. 2º A incorporação será feita sem ônus para o Estado do Paraná e implicará na transferência de todos os bens corpóreos e incorpóreos, móveis, imóveis e semoventes integrados ao patrimônio da instituição estadualizada.

Parágrafo Único. A incorporação de que trata o *caput* será implementada mediante escritura pública amigável a ser firmada entre o Poder Executivo do Estado e o Poder Executivo do município de Bandeirantes.

Art. 3º Para que sejam mantidos serviços públicos essenciais prestados pela instituição incorporada, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se, por cessão e pelo prazo necessário, dos funcionários estatutários e servidores celetistas pertencentes ao quadro de pessoal do município de Bandeirantes, conforme a relação constante de fls. 49 a 52, do processo Protocolado sob nº 9.276.717-5, no Sistema Integrado de Documentos.

Art. 4º A remuneração dos funcionários estatutários e servidores celetistas utilizados na forma do artigo anterior, obedecerá a política de remuneração aplicada às carreiras do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná e Técnico Administrativo, nas mesmas épocas e proporções.

§ 1º Os funcionários e servidores de que trata este artigo, permanecerão vinculados ao município de Bandeirantes, até a extinção dos respectivos cargos ou vencimentos dos contratos de trabalho.

§ 2º Na medida em que forem vagando os cargos ou vencendo os contratos de trabalho, o Estado do Paraná promoverá concursos públicos para preenchimento das vagas estabelecidas em lei.

Art. 5º Ficam criados os cargos de provimento em comissão de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade Estadual Luiz Meneghel de Bandeirantes (FALM), simbologia DAS-03 e DAS-05, respectivamente.

Art. 6º As despesas com pessoal e custeio decorrentes da incorporação da instituição na UENP serão arcadas pelo Estado do Paraná mediante apresentação de Plano de Aplicação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro 2007.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC nº 330, 331, 332, 340, 341, 342, 343, 344, 346, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386, 392 e 393/06 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

391/06: do Poder Executivo que, altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 14.231/03, que dispõe sobre consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares dos estabelecimentos de ensino, o

qual convertido em Lei tomou o nº 15.329. **Anote-se - Arquivo-se.**

482/06: do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.330. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/06: de autoria do Deputado Caíto Quintana que, autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Cascavel, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.331. **Anote-se - Arquivo-se.**

480/06: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, situado nesta Capital, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.334. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/06: de autoria do Deputado Alexandre Curi que, dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.335. **Anote-se - Arquivo-se.**

546/06: do Poder Executivo que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (Lei do IPVA) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto para o exercício de 2007, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.336. **Anote-se - Arquivo-se.**

453/06: do Tribunal de Justiça que, cria o Fundo Judiciário, para as finalidades que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.337. **Anote-se - Arquivo-se.**

452/06: do Tribunal de Justiça que, dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.338. **Anote-se - Arquivo-se.**

121/06: do Poder Executivo que, estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.340. **Anote-se - Arquivo-se.**

376/06: do Poder Executivo que, cria na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 cargo de provimento em comissão com denominação de Coordenador, símbolo DAS-2, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.341. **Anote-se - Arquivo-se.**

481/06: do Poder Executivo que, acresce os dispositivos que especifica à Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do ICMS), o qual convertido em Lei tomou o nº 15.342. **Anote-se - Arquivo-se.**

578/06: do Poder Executivo que, altera os dispositivos que especifica da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do ICMS), o qual convertido em Lei tomou o nº 15.343. **Anote-se - Arquivo-se.**

248/06: de autoria do Deputado Edson Strapasson que, denomina Gerhard Möller, o terminal rodoviário do Distrito de Roça Grande, na Rodovia da Uva, município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.344. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/06: de autoria do Deputado Edson Strapasson que, denomina de Luiz Francheski, o terminal de transporte coletivo do Alto Maracanã, situado à Av. Marginal José de Almeida esquina com Rua Arquimedes, no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.345. **Anote-se - Arquivo-se.**

247/06: de autoria do Deputado Edson Strapasson que, denomina Ângelo Falavinha Dalprá, o terminal rodoviário do Bairro Guaraituba, na Rua Cascavel com a Estrada da Ribeira, no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.346. **Anote-se - Arquivo-se.**

550/06: do Poder Executivo que, cria, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança - SECR, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.347. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/06: do Poder Executivo que, cria no âmbito da Polícia Civil, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes - Nucria e o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.348. **Anote-se - Arquivo-se.**

003/06: do Poder Executivo que, extingue, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), cria o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.349. **Anote-se - Arquivo-se.**

547/06: de autoria do Deputado Hermas Brandão que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 15.290/06 (Lei do Refispar), o qual convertido em Lei tomou o nº 15.350. **Anote-se - Arquivo-se.**

245/06: de autoria do Deputado Antonio Anibelli que, concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Buabssi, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.351. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/06: de autoria do Deputado Alexandre Curi que, acresce inciso VII ao artigo 27, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do ICMS), o qual convertido em Lei tomou o nº 15.352. **Anote-se - Arquivo-se.**

510/06: do Poder Executivo que, fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21.047 militares estaduais, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.353. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/06: do Poder Executivo que, dispõe que créditos tributários e não tributários de valores que especifica, inscritos em Dívida Ativa após 01/09/06, não estão sujeitos ao processo de execução fiscal, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.354. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/05: de autoria do Deputado Artagão Júnior que, obriga hospitais comunicarem às Delegacias de Polícia mais próximas casos de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.355. **Anote-se - Arquivo-se.**

599/06: do Poder Executivo que, cria um cargo de provimento em comissão de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, símbolo AE-1, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.356. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/06: de autoria do Deputado Hermas Brandão que, denomina de Contorno Milton dos Santos, o trecho que especifica do Contorno Sul - PR-092, na cidade de Andirá, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.357. **Anote-se - Arquivo-se.**

774/05: de autoria do Deputado Luiz Accorsi que, proíbe a pesca com uso de arpão nas águas doces de domínio do território paranaense, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.358. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/06: de autoria do Deputado Rafael Greca que, proíbe o uso de aparelhos de telefonia celular ou outros que utilizem comunicação ou transmissão de dados por meio de propagação de ondas eletromagnéticas, no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.359. **Anote-se - Arquivo-se.**

246/06: de autoria do Deputado Rafael Greca que, dispõe que as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná ficam obrigados a encaminhar, para exame de diagnóstico de retinoblastoma, todas as crianças nascidas em suas dependências, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.360. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 328/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 329/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 335/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 523/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 336/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 156/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 337/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 249/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 338/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 760/05, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e José Domingos Scarpellini, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 339/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 525/06, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e José Domingos Scarpellini, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 345/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 487/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 347/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 348/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 349/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 350/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 061/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 351/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 311/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 352/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 353/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 354/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 355/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 364/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 542/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 365/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 556/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 366/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 367/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 368/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 171/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 369/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 557/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 370/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 371/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 372/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 031/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 373/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 390/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 374/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 375/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver

VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 389/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, porque, versando sobre trabalho efetivo e constante do Poder Executivo, independe de ser instituído programa sobre uma atividade cotidianamente atendida pelo Estado e, para a qual, foi criada na estrutura da Polícia Civil do Estado o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime - Nucria. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 390/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 391/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 333/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que a Indicação Legislativa nº 249/06, foi encaminhada ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que seja procedida a necessária análise do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 327/06, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei Complementar nº 174/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 387/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 239/06, 327/06, 392/06, 442/06, 476/06, 490/06, 492/06, 494/06 e 497/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 388/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 353/06, 370/06, 458/06 e 486/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 001/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 511/06, 309/05, 706/05, 744/05, 276/06, 361/06, 393/06, 396/06, 318/05, 222/06, 373/03, 466/06, 508/06,

643/03, 781/05, 751/05, 216/06, 673/05, 470/06, 463/05, 142/05, 789/05, 300/06, 549/06, 343/06, 684/05, 033/06, 406/06, 140/05, 531/06, 536/05, 545/06, 573/06, 568/06, 564/06, 563/06, 555/06, 561/06, 354/06, 400/06, 337/06, 274/06, 262/06, 211/06, 636/05, 726/05, 509/05, 447/06, 275/06, 536/06, 128/03, 036/06, 360/06, 786/05, 250/06, 528/06, 273/06, 264/06, 507/06 e 141/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 002/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 224/06 e 296/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/ nº 003/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 519/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 004/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 236/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 005/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 382/06, 498/06, 499/06, 500/06, 502/06, 505/06, 506/06, 518/06, 521/06, 522/06, 526/06, 527/06, 529/06 e 540/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 006/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 512/06, 515/06, 517/06 e 535/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 007/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 516/06, 533/06, 543/06, 551/06, 552/06 e 569/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Ato

ATO DO PRESIDENTE Nº 04/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo 4º do artigo 61 da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Incluir, a pedido do Sr. Governador do Estado, Mensagem nº 03/07, na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária, convocada pelo Ato do Presidente nº 01/07, de 11 de janeiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.01.07.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 22 de janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06 e Mensagem nº 069/06, Projeto de Lei nº 001/07.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nelson Garcia, Rafael Greca, Natálio Stica, Edson Strapasson, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Vanderlei Iensen, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Alexandre Curi, Luiz Nishimori, Nelson Justus e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 22 de janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para votação da Mensagem nº 002/07, Projeto de Lei nº 003/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nelson Garcia, Rafael Greca, Natálio Stica, Edson Strapasson, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Pedro Ivo Ilkiv, Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Vanderlei Iensen, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Cleiton Kielse, Jocelito Canto, Luiz Nishimori e Nelson Justus.

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, do relatório de acompanhamento processual do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, concernente a Ação de Impugnação de mandato eletivo

dos Deputados Jocelito Canto, Antonio Belinati e Carlos Simões.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

Processo: 6 n° 9 - Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. **UF:** PR.

Município: Curitiba-PR. **N° de Origem:**

Protocolo: 337722006-28/12/2006 16:15

Autor(es): Antonio Fernando Scanavacca

Advogado: Robson Antonio Galvão da Silva

Advogado: Olivar Coneglian

Advogado: Rodrigo Tagliari Helbling

Réu(s): Carlos Xavier Simões

Relator(a):

Assunto: Ação de Impugnação fundada no possível cometimento de abuso do poder econômico e na utilização pretensamente indevida dos meios de comunicação social, pelo ora réu, consubstanciados na divulgação, pelo programa televisivo “Carlos Simões”, apresentado semanalmente pelo citado réu, em benefício próprio e de seu irmão, Iris Xavier Simões, de grande distribuição de bens e serviços, realizada por instituição assistencial pertencente e ambos, denominada de “Casa do Povo”, divulgação esta promovida antes e durante o período eleitoral (ref.: interposição de Ação de Investigação Judicial Eleitoral sob n° 94/2006 - CRE).

Localização: SCIP-Seção de Controle e Informações Processuais:

Fase Atual:

| Seção | Data | Hora | Andamento |
|-------|----------|-------|-----------|
| SCIP | 11/01/07 | 15:12 | Autuado |

Processo: 16 n° 2070 - Reclamação, representação e Ped. Provid. **UF:** PR.

Município: Campina Grande do Sul-PR.

N° de Origem:

Protocolo: 334912006 - 22/12/2006 17:59

Representantes: José Cícero Rocha

Advogado: Marcelo Couto de Cristo

Representado(s): Jocelito Canto

Relator(a): Juiz José Carlos Dalacqua.

Assunto: Representação visando à cassação do diploma do ora representado, fundada na alegação de sua condenação pelo crime de improbidade administrativa, cumulada com inelegibilidade, haja vista julgamento, pelo c. STF, de Agravo de Instrumento interposto da mencionada decisão condenatória prolatada pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, agravo este que fora conhecido e desprovido, com posterior oposição de Embargos de Declaração, rejeitados em decisão publicada em 19.12.006 (pedido liminar para desconstituição do diploma conferido).

Localização: Grel-Relatório CPR - Gab. Relatores

Fase Atual:

| Seção | Data | Hora | Andamento |
|-------|----------|-------|-----------------------------|
| SCIP | 10/01/07 | 13:44 | Conclusos ao Relator (ASST) |
| SCIP | 09/01/07 | 17:57 | Distribuído |
| SCPI | 09/01/07 | 17:56 | Autuado |

Distribuição/Redistribuição

| Data | Tipo | Relator |
|----------|----------|----------------------|
| 09/01/07 | De Ordem | José Carlos Dalacqua |

Processo: 16 n° 2071 - Reclamação, representação e Ped. Provid. **UF:** PR.

Município: Campina Grande do Sul-PR.

N° de Origem:

Protocolo: 334922006 - 22/12/2006 17:59

Representantes: José Cícero Rocha

Advogado: Marcelo Couto de Cristo

Representado(s): Antonio Casemiro Belinati

Relator(a): Juiz (a): Renato Cardoso de Almeida Andrade.

Assunto: Representação visando à cassação do diploma do ora representado, fundada na alegação de que teve as contas relativas ao exercício financeiro de 2000 rejeitadas, com possível configuração de atos de improbidade administrativa. (pedido liminar para desconstituição do diploma conferido).

Localização: Grel-Relatório CPR - Gab Relatores

Fase Atual:

| Seção | Data | Hora | Andamento |
|-------|----------|-------|-----------------------------|
| SCIP | 10/01/07 | 13:44 | Conclusos ao Relator (ASST) |
| SCIP | 09/01/07 | 17:58 | Distribuído |
| SCPI | 09/01/07 | 17:57 | Autuado |

Distribuição/Redistribuição

| Data | Tipo | Relator |
|----------|----------|-----------------------------------|
| 09/01/07 | De Ordem | Renato Cardoso de Almeida Andrade |

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre “ajuste de conduta” feito com o Procurador-Geral de Justiça Milton Riquelme de macedo,

em face da necessidade de liberação de recursos complementares para honrar o pagamento dos salários de dezembro de 2006 dos membros do Ministério Público do Estado.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações:

- se foi efetuado, no exercício de 2006, o pagamento aos Srs. Conselheiros desse Tribunal e demais funcionários, das diferenças salariais relativas às URV's do Plano Bresser;
- em caso afirmativo, quando foi pago e qual foi a forma de pagamento;
- da mesma forma, se houve diferença na forma de pagamento para os Conselheiros em relação aos demais funcionários do Tribunal.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

- se foi efetuado, no exercício de 2006, o pagamento aos membros do Ministério Público do Paraná, das diferenças salariais relativas às URV's do Plano Bresser;
- em caso afirmativo, quando foi pago e qual foi a forma de pagamento.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Ontem vimos o impetuoso Deputado Jocelito Canto cobrando a presença do Deputado André Vargas nesta Casa. E o Deputado André Vargas hoje, já se encontra entre nós. Disseram algumas pessoas que ele

estaria na granja do Canguiri fazendo alguns contatos e um pequeno treinamento de adaptação com o Governador Roberto Requião. Outros informaram que o Governador teria encilhado um pônei para que o André Vargas caminhasse por aquelas paragens. E eu fiquei preocupado com essas versões. Dissera-me a minha consciência: quem sabe o Requião não afrouxe a barrigueira do pônei e o André Vargas caia desse cavalo ainda nos primeiros passos. Ora, vai ser uma cavalgada difícil esta cavalgada do Deputado André Vargas, do Governador Roberto Requião e do pônei encilhado com a barrigueira frouxa. Quero ver o final da cavalgada.

Srs. Deputados e Sr. Presidente. Esta é uma história que a imprensa deverá registrar no futuro. Mas vamos para frente, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Pego aqui a Gazeta do Povo e vejo a Escolinha do Professor Raimundo. O mar não está para Boto e o Boto está atento. O Requião, Governador do Paraná, bocejando, a Dona Maristela dormindo e sonhando quem sabe com um futuro melhor para o nosso Estado. Ao lado também do Vice-Governador e nosso eterno Deputado Orlando Pessuti, que lembrando o Deputado Paulo Cezar Furiatti que deu uma grande cochilada nesta Assembléia em 83, também não está muito preocupado com o estado de saúde dos nossos bovinos pois a febre aftosa já foi embora e aí o Pessuti também dá uma boa dormida na reunião na Escola do Professor Raimundo. Este é o nosso Paraná.

E aí olhamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para o Jornal Gazeta do Povo, que é tido como o jornal mais sério desse Estado, e vejo com tristeza que, ou por má fé do jornalista, ou então por perseguição a este Deputado, não pode ser, eu não ofereço nenhum perigo e nenhum risco a ninguém. Diz aqui o jornalista Rogério Waldrigues Galindo que o Deputado José Domingos Scarpellini fez um empréstimo na Assembléia Legislativa do Paraná e que sobrou só 29 reais do seu salário, porque o Deputado fez um adiantamento.

Eu já esclareci essa situação, mas para que eu não tenha que propor uma ação de danos morais e dano material, porque isso aqui é muito sério, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu vou pedir a correção e o direito de resposta aqui por esta tribuna. Se foi atendido, tudo bem. Caso contrário, iremos acionar o departamento jurídico da empresa. "Scarpellini disse que evita que dependa de empresários os terceiros para fazer..."

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto. Poderá usar a liderança do seu Partido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Diz aqui o jornalista e a Gazeta publica, o que é mais sério "que a Assembléia Legislativa deveria tornar público, quanto cobra de juro dos Deputados, por exemplo...". Ora, eu vou passar a minha vida inteira tentando esclarecer algumas coisas, mas também vou passar a

minha inteira sem compreender certas coisas que ocorrem. Alguém já ouviu falar que a Assembléia Legislativa do Paraná empresta dinheiro para Deputado, para funcionário? Não. Eu fiz um empréstimo e disse que era um empréstimo bancário. Fiz no HSBC, consignado na minha folha de pagamento. Será que este jornalista está querendo desmoralizar só o José Domingos Scarpellini ou também a Assembléia Legislativa do Paraná, com essa colocação que aqui fez, dizendo que “a Assembléia emprestou o dinheiro e que o povo do Paraná quer saber se a Assembléia cobra juros para emprestar dinheiro”. Não é da competência da Assembléia e nem da sua finalidade, empréstimos bancários ou empréstimos a funcionários a nenhum título. Eu fui ao HSBC, fiz um empréstimo e vinculei o meu salário como Deputado e fiz a doação deste empréstimo para a minha conta no Tribunal Regional Eleitoral, que é conta de campanha eleitoral. Já prestei contas ao Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal já aprovou também, a minha prestação de contas.

Mas a Gazeta do Povo publicar uma matéria dessas e dizer que o povo do Paraná quer saber quanto que a Assembléia cobrou de juros? O povo do Paraná quer saber é a verdade. A Gazeta do Povo não é um jornaleco de esquina. É um jornal de conceito no Paraná e publicar uma matéria dessa, denegrindo a imagem da Assembléia, que vai ficar aqui em estado permanente e a minha, que vou sair no dia 31 e vou ter que explicar nas ruas de Curitiba ou para meus filhos ou netos que eu fiz, porque o jornal divulgou. As rádios da nossa região divulgaram hoje isso e, certamente, de outras regiões onde eu não conheço os Vereadores e Prefeitos que pudessem me informar sobre essa questão aqui, divulgada pela Gazeta do Povo. Como sendo um jornal-mãe do Paraná, mãe da informação, passa uma informação mentirosa, caluniosa como essa? Eu aguardo que seja feita justiça e sejam esclarecidos exatamente esses pontos.

Então, Sr. Presidente, para o momento, era isso, Temos o horário livre ainda, do PSB e do Bloco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer dentro do pronunciamento de V. Exa., que realmente nós não temos aqui na Assembléia, qualquer órgão que empresta dinheiro para Parlamentar ou mesmo para funcionários.

A notícia da Gazeta não é verdadeira. Espero que a Gazeta amanhã faça a retificação, porque inclusive pode abalar o crédito de V. Exa., junto à comunidade curitibana.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Srs. Deputados, acabo de receber a notícia lida pela Deputada Elza Correia, que o Governador Roberto Requião vetou o projeto que nós conseguimos aprovar no final do ano passado, de

autoria deste Deputado. Projeto de nº 542, que equiparava os salários dos professores das instituições de ensino superior, aos dos técnicos administrativos do nosso Estado.

Lamentavelmente, a exemplo do que aconteceu ontem aqui, quando nós tivemos a vontade da maioria dos Deputados da Comissão de Orçamento desrespeitada, quando os 12% constitucionais estritamente ligados e investidos na saúde, quando o governo conseguiu derrubar ou manter o veto do Governador, isso significa com certeza menos dinheiro para os hospitais, para a população, menos salário para médicos, técnicos, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, pessoal administrativo. Agora, também, mais um duro golpe contra aqueles que têm a responsabilidade de cuidar da formação de novos profissionais nas instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

Lamentamos, porque se trata de um equívoco o fato de o Governo do Estado não remunerar os professores das universidades e faculdades estaduais como deveriam. O que o escopo desse projeto buscava era apenas e tão somente a equiparação com os técnicos administrativos. Aqueles que são subordinados muitas vezes aos professores, mas que os professores ganham justamente a metade do salário base hoje, de um técnico administrativo que é de um mil e oitocentos reais. Enquanto que o salário de um professor, com mestrado, com dedicação ativa para a universidade ou a faculdade paranaense, ganham apenas novecentos e sessenta reais.

Um equívoco por parte do governo que poderia ter a oportunidade de remunerar a contento, ou pelo menos tentar corrigir as distorções dos últimos governantes, seria uma boa chance de o governo mostrar que tem realmente apreço e reconhece os nossos mestres, das nossas universidades. Lamentavelmente, o Governo tira o dinheiro da saúde, tira o dinheiro do ensino superior, está acima de tudo exterminando o futuro de jovens, desestimulando professores. Nós estamos perdendo para a iniciativa privada, para outros Estados.

Nós sabemos que ônus das universidades estaduais, aqui no Paraná, é nosso. Lamentavelmente, o Governo Federal, não faz a sua parte como faz em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, que temos várias instituições de ensino superior. Aí o terceiro grau é responsabilidade do Governo Federal. Mas, aqui, lamentavelmente, por falta de representatividade política, isso não acontece.

Mas, eu lamento tenho informar aqui, a esse veto, aos demais Pares, aqueles que ouviram e aos professores que ocupam esta Casa, os seus representantes, vão levar essa notícia triste.

Nós estávamos na expectativa de que o Governo pudesse, pelo menos, trazer este assunto para discussão, mas, lamentavelmente, nem isso fez e fica o meu protesto. A nossa parte nós fizemos: nós tentamos dentro do instrumento regimental que possuímos - que é a lei. Lamentavelmente, não houve compreensão por parte do Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de registrar a presença do Vereador Osmar, 1º Secretário da Câmara de Assis Chateaubriand; do José Carlos, Presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand; e do Vereador Dirceu de Paula, ex-Presidente da Câmara de Assis Chateaubriand.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados porque vou falar alguns assuntos bem polêmicos e gostaria que os companheiros prestassem bastante atenção.

Queria saudar o Prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel e o Herculano Lisboa, nosso Presidente da Parana-tur, aqui presentes, neste dia.

Queria, inicialmente, Deputado Carlos Simões, com a permissão de V. Exa, fazer uma saudação ao Antônio Fernando Scanavacca, primeiro suplente da nossa coligação. Queria fazer uma homenagem a ele que teve a coragem de propor uma ação contra V. Exa. pedindo para cassar o seu diploma no Tribunal Regional Eleitoral, dia 09 de janeiro. Estou com uma cópia do documento.

O primeiro suplente Antônio Fernando Scanavacca pede para cassar o diploma de Carlos Simões por abuso do poder econômico. Estou saudando o Scanavacca que teve a coragem de colocar seu nome, pelo menos foi decente, foi homem, foi corajoso, foi lá e colocou o seu nome.

Tem mais duas colocações que foram feitas no Tribunal Regional Eleitoral e que tem o nome da mesma pessoa, o mesmo advogado e que não se sabe de onde vem, imagina-se, como a Rede Globo faz aquelas novelas, que o final vai ser assim, é assim que estou imaginando.

Tem duas ações: uma contra este Deputado, pedindo a cassação do meu diploma, desde o dia 22 de dezembro, e uma contra o Deputado Antonio Belinati, propostas, exatamente, pelo Sr. José Cícero Rocha. Alguém conhece esta pessoa? Eu queria saber quem é José Cícero Rocha.

Utilidade pública, companheiros da imprensa! Na rádio se diz: "Utilidade pública! Se alguém conhecer este cidadão nos diga quem é! Nós queremos saber qual é o motivo que o levou a propor ação contra dois Deputados que estão com problemas no Tribunal!" O advogado dele, coincidentemente é o mesmo nas duas ações: Dr. Marcelo Couto de Cristo. Se alguém conhecer este Cristo, que não

é Jesus, também gostaríamos de saber a quem patrocina esta ação, porque aqui está o nome de um cidadão que propõe uma ação contra mim, contra o diploma e, também, contra o Deputado eleito Antonio Belinati.

Deputado Carlos Simões, se o Scanavacca ganhar de V. Exa. é por merecimento, porque teve a coragem de colocar seu nome na ação. É menos ruim. Não deveria colocar porque deveria deixar a Justiça decidir, mas, pelo menos, teve a coragem, não andou pelos esgotos, pelos porões. Entendo eu que o Deputado que afronta contra figura de um companheiro, nesta Casa, se vier a vir nesta condição, depois de tirar alguém, deverá andar pelos corredores, lá por baixo, pelos porões, e deverá se deslocar não pelos elevadores, mas pelos esgotos desta Casa. Até receberá esse tratamento dos seus próprios companheiros. Esse é o primeiro assunto, Sr. Presidente.

O segundo assunto, nada mais grave ou nada mais parecido, é que o Governo manda a esta Casa a criação das Regiões Metropolitanas de Maringá, de Londrina e de Cascavel. Volto a dizer que o Governo não pode esquecer a Região Metropolitana de Ponta Grossa. Ponta Grossa, os Campos Gerais, é a cidade que mais arrecada neste Estado do Paraná, do interior do Paraná. Primeiro é Curitiba, a capital, depois é Araucária por questões da Petrobras, e em terceiro vem Ponta Grossa e os Campos Gerais.

Não é justo que uma cidade que mais contribui com arrecadação de ICMS seja deixada em segundo plano. Depois, não queiram nos cobrar votos das cidades porque quando se trata de uma cidade, que é a terceira em arrecadação, em último lugar, não podemos aceitar isso. Volto a insistir e a pedir ao Governo que não deixe Ponta Grossa de fora, porque ela não merece.

Sr. Presidente, um assunto bastante polêmico que trago a esta Casa, nesta tarde é que recebi um documento, ontem, que dá conta de que o Ministério Público fez um ajuste de conduta com o Governador Roberto Requião e que esse ajuste de conduta tem a ver em função do Ministério Público ter pago aos Procuradores e funcionários aquela diferença salarial do Plano Bresser e do Plano Collor.

Nenhum funcionário desta Casa, se não me falha a memória, recebeu; nenhum funcionário do Estado recebeu, pelo contrário, os funcionários do Estado fizeram ações e está *sub judice* essa questão do Plano Bresser e do Plano Collor. Os funcionários do Estado do Paraná estão com ações e não receberam ainda. Quando terminar as ações, isso será levado a precatório para ser pago. Corrija-me algum Deputado que tenha mais experiência do que eu, se não for assim.

Depois que o Judiciário determinar o pagamento, expedir-se-á o precatório para os funcionários receberem aquilo que é devido, mas a informação que eu tenho é que o Ministério Público pagou, sem ação judicial, aos seus Procuradores.

Viria uma segunda pergunta: não há prescrição nesse pagamento, se não tiver ajustada a ação na Justiça?

Não sou advogado, perguntaria aos advogados desta Casa, perguntaria aos Srs. Deputados: quando há uma ação e esta não é feita, não se perde o prazo? Não são cinco anos para receber? Pode o Ministério Público pagar os funcionários e até os Procuradores diretamente, sem ação? Pode pagar administrativamente depois desse prazo?

É por isso que o Ministério Público não tinha dinheiro para pagar, agora, no final do ano, e se obrigou a pedir mais recursos para o Governo do Estado.

Eu indagaria: é justo que o Ministério Público receba o Plano Bresser, Plano Collor e outros planos e os demais funcionários do Estado do Paraná não recebam? É justo que o Tribunal de Contas pague também - porque ele também pagou e sobre precatório. A informação que tenho é que os funcionários do Tribunal de Contas receberam em parcelas, enquanto que os Srs. Conselheiros receberam na hora, exatamente em uma única parcela. Estou solicitando informações sobre isso hoje. No final dessa Sessão apresento um requerimento em que solicito informações sobre essa questão do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, se procede essa informação que recebi.

Vou ler essa “pérola” e eu queria depois perguntar aos Deputados de Oposição e de Situação, quem está certo e quem está errado. Notícia da Gazeta do Povo: “Requião libera 27 milhões para salários de dezembro do Ministério Público Estadual, para que pudesse pagar o salário de dezembro da instituição e acertou com o Procurador-Geral da Justiça no Paraná, Milton Riquelme de Macedo um ajuste de conduta. Daqui para frente o Governo do Estado não vai mais liberar recursos que excedam a previsão orçamentária do Ministério Público.” Diz a nota ainda, prestem atenção Srs. Deputados: “Neste ano, por ter pagado os reajustes que não foram dados a nenhuma outra categoria do Poder Executivo e por ter pago perdas salariais de planos econômicos, o Ministério Público Estadual ultrapassou em quase trinta milhões a sua dotação orçamentária.

O ajuste de conduta foi um compromisso informal, entre o Governador do Estado e o Procurador da Justiça, Milton Riquelme de Macedo, para que o estouro do Orçamento não se reproduza em 2007. Fontes da Secretaria da Fazenda acreditam que esse ajuste será respeitado, já que o Ministério Público é o guardião da lei e não vai ultrapassar aquilo que a Lei Orçamentária determina para os seus gastos.” Isso é grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Ministério Público fez um ajuste de conduta com o Governo. Isso é verdade? Isso não é verdade? Isso está no jornal Gazeta do Povo e todos os jornais publicaram isso, na quinta-feira, dia 28 de dezembro.

Como é que fica essa situação? O Ministério Público que condena Prefeitos, por pequenas atitudes que não são improbidade administrativa, que muitas vezes são falhas administrativas, de boa-fé do Prefeito. Faz um ajuste de conduta, dito pelo Governador? Acredito na palavra do Governador. Isso saiu da Agência Estado, está

nas páginas do Governo. Foi o Governo que transmitiu isso. Existe ajuste de conduta para o Ministério Público, o guardião da lei. Existe ajuste de conduta para os Prefeitos, quando erram? Não, mas para o Ministério Público tem.

Estou pedindo os documentos hoje e peço aos demais companheiros, por favor, não retirem e não peçam para adiar essa discussão, quando passar o meu requerimento. Eu gostaria de ter essa informação do Ministério Público, do Governador Requião, para saber quem é que está com a verdade, porque na sequência o Dr. Milton Riquelme deu uma entrevista e disse que o Governador era mentiroso. Disse! E agora?

Eu, sinceramente, acredito no Governador Requião, até porque o Governador Requião nomeou o segundo da fila e não nomeou o primeiro do Ministério Público. Preferiu o Dr. Milton Riquelme de Macedo e não o Dr. Olímpio Sotó Maior, que havia ganho as eleições.

Então, quero essas informações, como quis ontem, Sr. Presidente, e que V. Exa. disse para mim que eu não precisava requerer. Eu precisava requerer, sim, Sr. Presidente, porque recentemente, em umas defesas que fiz no Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas ignorou um Pedido de Informações que fiz nesta Casa, não recebeu o meu Pedido de Informações que havia feito e colocado em uma defesa minha. Por isso que eu quis o carimbo da aprovação desta Casa para mostrar ao Tribunal de Contas. Por isso, Srs. Deputados, isto aqui é muito grave e espero que seja tratado com a mesma seriedade que se trata o caso dos Prefeitos do Paraná.

E para finalizar, quero prestar uma homenagem hoje a essa valente Deputada Elza Correia. O Requião tem 64 anos e eu tenho 42. O Requião foi três vezes Governador, foi Senador, foi Prefeito, leu todos os livros que podia e eu li acho que uns dois ou três. O Requião estudou e fez três ou quatro cursos superiores e eu não fiz nenhum, só fiz até a quinta série e nunca estudei, mas andei pela faculdade da vida, conheci pessoas e aprendi com pessoas, aprendi apanhando e aprendi quando surrava e o rádio me deu muita vivência na vida, no sofrimento. E outro dia vi o Governador Requião fazer uma homenagem nesta Casa aqui ao Ex-Governador de São Paulo, quando fez um discurso e eu achei tão bonito e nem sei o que o outro Governador falou lá em São Paulo, mas gostei que o Requião veio aqui e fez um discurso dizendo assim: “este discurso é uma homenagem ao Sr. ex-Governador de São Paulo.” Fui extrair naquele discurso do Requião algumas coisas, a começar pela homenagem que quero fazer a V. Exa., Deputada de Londrina, lutadora Elza Correia.

Se em algum momento lhe ofender, a senhora não leve em consideração, porque vou fazer aqui um pronunciamento que não está nada escrito e é de coração que vou fazer a V. Exa., porque acho que a senhora merece. Durante os três anos em que estive aqui eu não a conhecia, mas conheci o seu caráter aqui nesta Casa. V. Exa.

trabalhou, discutiu, fez emendas e quando chegou, nunca tinha estado na Assembléia e teve que buscar a experiência, como todos nós quando chegamos aqui pela primeira vez. V. Exa. foi buscar essa experiência! E fiel ao seu Partido, o PMDB, sempre esteve ao lado do Partido. Discutiu muitas vezes, divergiu, brigou, “rodou a baiana” quando foi preciso aqui, mas sempre lhe admirei pelo seu caráter, de a senhora discutir os assuntos e até de vez em quando sofrer, ser judiada, ser esbrachada publicamente, ser machucada e por exemplo me lembro do caso do nepotismo, eu vi o quanto V. Exa. sofreu aqui.

E, como comunicador que sou, eu sei o que representou para V. Exa., e para o Deputado Stica, que tem bases sedimentadas nos sindicatos, ter votado o nepotismo como V. Exas. votaram aqui. Doeu, machucou. Deve ter tido outdoor. As rádios devem ter comentado todo dia: “olha, ela votou a favor. Agora ela mudou”. Eu vi isso nos jornais, eu vi isso aqui em Curitiba nas rádios. Imaginem em Londrina! Em Londrina deve ter sido um inferno a sua vida.

Então, quando lhe homenageio neste dia, eu homenageio porque a senhora sofreu, mas está aqui, cumpriu o seu mandato com coragem. Vai voltar para casa, agora, com a consciência tranqüila de que fez um grande trabalho. E vai bem de ter feito o que pôde. Por outro lado - eu não entendo de política, senhores, eu sou menino na política, eu tenho só dez anos de política - eu vejo a sabedoria do Deputado André Vargas. Eu vejo aqui e fico a me perguntar: como a política é diferente! Como é difícil fazer política hoje!

Nós vemos hoje aqui uma ex-Deputada massacrada, judiada, porque foi fiel ao Governo e fiel aos seus princípios também. Brigou, lutou, sofreu. E agora eu vejo, do outro lado, a figura do Presidente do PT Estadual, Deputado André Vargas, ser convidado a ser Secretário de Estado do Governador Roberto Requião. Sinceramente, eu não entendo. E se, de repente...

Ontem tínhamos um senhor aqui com um faixa, solitário, com um protesto. Até que bacana, eu achei, pelo menos teve coragem de vir. Daqui a pouco vai aparecer algum cavalo aqui, que todo mundo traz tudo aqui, e daqui a pouco vai voar o cavalo no Plenário desta Assembléia. Porque o que eu estou vendo, neste momento, eu não poderia me calar, Srs. Deputados, eu vejo o Deputado André Vargas, olhando no seu olho, Deputado André Vargas, vejo V. Exa. dizer aqui, neste microfone - que daqui a pouco o senhor vai fazer um aparte que eu vou lhe dar com o maior prazer - eu vejo e percebo que V. Exa consegue fazer a cabeça do Governador Roberto Requião. Disse aqui nesta Casa ontem que está negociando com o Governador Requião. Eu me admirei, copiei a fita, copiei o que o senhor disse. Guardei a fita. E quero mandar uma cópia para o Requião, porque ele disse aqui, desta tribuna, que o Governo dele não é um Governo de negociação. Não é. E disse para nós quando nós pedimos um Secretário de Estado para Ponta Grossa, que não tem, ele disse: “o meu Governo não é de negociação.

Não aceito imposições. Não aceito esse tipo de cobrança em cima de mim”. E agora eu vejo o Presidente do PT, Líder do PT, consegue dizer aqui que está negociando com o Governo. Está promovendo a vinda de um Deputado Estadual. Está promovendo a vinda de mais um Deputado Federal. Está colocando vários cargos do Governo. Muito bom! Excelente! O senhor é um belo de um articulador. O senhor consegue fazer o que o Requião não faz com ninguém. E olha, Deputado André, nós somos a terceira cidade em arrecadação! Nós é que mais contribuimos com este Estado e não conseguimos colocar um Secretário. E V. Exa. está colocando quantos?

É a força do PT? É a força de quem? O Sr. falou aqui que estava negociando, se o senhor quiser eu lhe dou uma cópia da fita, não estou atacando a sua parte moral, estou apenas lhe cumprimentando, Deputado André Vargas, pela sua agilidade, por aquilo que o senhor consegue fazer!

Eu fui crítico desse Governo também, no começo, nessa Casa, depois elogiei quando mereceu e ajudei este Governo em muitos momentos, mas chegar ao ponto que V. Exa. chegou de defender os 12% da Saúde, todos os anos V. Exa, defendeu, brigou, fez aqui pronunciamentos contra o Governador que são perólas e ontem o senhor não estava aqui! Na hora de discutir aquela emenda o senhor não estava, estavam aqui os outros Deputados, o senhor não estava para discutir essa questão da emenda! Eu não sei, quem sabe o senhor tinha um compromisso maior, tinha um problema de saúde, eu respeito.

Aí eu vejo tudo isso Deputado André e me pergunto: onde vai parar esta política? A minha querida Deputada Elza vai para casa porque honrou este Governo aqui, porque sofreu aqui, porque levou porrada todo dia, porque sofreu, porque foi judiada. Eu acho que um dos motivos porque V. Exa. perdeu a eleição foi um desses e agora eu vejo o Governo premiando, premiando quem? Premiando o Deputado André Vargas que sempre criticou o Governo e que ontem chegou a mudar aqui uma emenda para colocar dinheiro já na Secretaria do Trabalho, a qual ele está sendo indicado! É uma emenda que vai um dinheirinho para lá para ficar boa a Secretaria. Justo, está indo para lá, tem que ter dinheiro para gastar com o trabalho, muito bom isso, muito boa a sua colocação!

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não poderia deixar de fazer este pronunciamento, não se desesperem, eu tenho mais dez minutos do PTB, eu vou lhe conceder o aparte, Deputado André Vargas, só falta um pedacinho, eu estou aos 44 do 2º tempo.

Deputado André Vargas eu vi desta tribuna o Governador Requião dizer que quem foi adversário dele não deve ser trazido para o Governo, falou alguma coisa nesse sentido no discurso dele: “Quem foi contra nós não vai ter o perdão.” Alguma coisa assim que eu entendi. Não estou dizendo que V. Exa. foi contra o Governo na campanha mas foi durante os três anos e tanto do Governo Requião.

Eu só queria entender toda essa mágica, entender tudo isso, cumprimentar V. Exa., Deputada Elza, todos nós temos defeitos, V. Exa. tem, o nosso Presidente tem, eu tenho, o Deputado André Vargas tem, todo ser humano tem defeito, agora V. Exa. foi fiel, V. Exa. foi uma valorosa Deputada, pagou por ter sido companheira, pagou por respeitar uma base aliada, pagou por ter caráter de estar junto com o Governo quando o Governo precisava! Eu lhe cumprimento por isso, queria lhe homenagear hoje, não poderia deixar de fazer esta homenagem à senhora e ao Deputado Stica que eu vejo aqui sofrido, que apanhou nas bases, que no dia que votou aqui eu ouvi comentários dessa tribuna contra o Stica! Eu vi o Stica quase chorando aqui! Eu vi a situação quando foi cobrado posicionamento do Stica e o posicionamento de outros companheiros do PT.

Hoje eu vejo que o mundo é realmente uma bola, ele vira, ele dá volta e nós vemos hoje tudo ao contrário. Vejo um Governador que eu respeito, que eu admiro, criar a Região Metropolitana de Londrina, de Cascavel, de Maringá. Não sei se algum assessor dele esqueceu de Ponta Grossa, porque Ponta Grossa só é lembrada quando eu encho o saco, quando eu brigo, quando eu incomodo, daí é lembrada! Quando eu dou as porradas aí eu sou lembrado, agora quando alguém precisa lembrar de nós ninguém lembra! Na hora de pegar o dinheirinho de Ponta Grossa eles lembram porque lá tem a terceira maior arrecadação do Estado! Aí lembram de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, pediria o horário do PTB, mais dez minutos.

(Assentimento)

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Quero conceder um aparte ao Deputado André Vargas. Quero cumprimentar V. Exa. Olha, depois que ouvi V. Exa. aqui nos corredores contra o nosso Governador, se V. Exa. realmente vier a ser Secretário nessa negociação eu vou lhe cumprimentar como o melhor político do ano de 2007. Com a palavra o Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Quero cumprimentar a Deputada Elza pela luta que ela sempre teve. Tivemos alguns problemas em Plenário, mas tudo em função da sua posição política como Situação e da minha como Oposição.

Agora, com relação ao Deputado André Vargas sere convidado pelo Governador, o Governador deve ter reconhecido as qualidades que o Deputado tem. Eu só tenho a dizer, Deputado Jocelito: deixa o homem trabalhar.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Jocelito, vejo V. Exa. fazer algumas considerações em relação ao processo político, aqui, do

Paraná. O fato que V. Exa. considera os debates que aqui fizemos e as contradições naturais do exercício do Poder Parlamentar e Poder Executivo como algo cristalizado, que não muda. Não vejo assim. Acho que a política é dinâmica.

O quadro político no Paraná mostrou ao final que as forças que têm um alinhamento ideológico, proximidade, temos diferenças, os 12% da saúde é uma diferença. É uma diferença sim e é um debate nacional que precisa e está acontecendo a nível da regulamentação da Emenda Constitucional 29. Nós queremos o cumprimento dos 12%. É uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Reconhecemos que a luta feita, aqui, não só por este Parlamentar, mas por todo o Poder, porque é aqui que se faz o debate, fez crescer o orçamento da Saúde do Paraná em três vezes. Ainda que discutamos a questão do saneamento, a questão da saúde do servidor. Mas é preciso reconhecer sim.

E V. Exa. é o exemplo, a sociedade de Ponta Grossa é o exemplo do aumento dos recursos da saúde. Não chegamos ao ideal, porque a política é assim, não estamos numa situação ideal, nem nós somos seres humanos ideais. Estamos, aqui, nos aperfeiçoando no debate, na luta política. O PT teve candidatura. Eu deferi assim como o PMDB, e é legítimo que o PMDB defenda no passado e para frente as candidaturas a Prefeito, a Governador e a Presidente da República, partidos legitimados como também é o PTB de V. Exa., disputamos a eleição, não fomos ao 2º turno, decidimos de forma unânime no partido a apoiar o Governador. Apoiamos por entender que na comparação do projeto, V. Exa. também apoiou, no sentido de que era o melhor para o Paraná. Elegemos, ajudamos a eleger, o povo do Paraná elegeu. Agora quando somos convidados a discutir, se a palavra negociação não cai bem, mas a discutir sim a participação do PT no Governo Requião, de quadros do PT no Governo Requião e que eu posso eventualmente me incluir desde que convidado, desde que tenha qualidade.

Quando nesse momento conseguimos sim e a Deputada Elza falava, aqui, e vi pelas notas taquigráficas da questão dos onze milhões e me neguei a votar para não gerar constrangimento, porque entendia que a Casa tinha que se manifestar livremente. Mas quando aumenta os recursos para a área social, quando há um processo de construção no debate com diferenças, de uma unidade política que envolve sim o PMDB, envolve o PT, envolve sim o PCdoB e também setores dos demais partidos, inclusive o PSDB legitimado por posição política assumida publicamente, era para que nós pudéssemos comemorar de fato.

Portanto, aquilo que V. Exa. considera uma contradição é algo que enfrento com coragem, porque a política não é para fazer valer o que o PT pensa, nem o que o PMDB pensa só. É para fazer valer o que o paranaense precisa, se isso é bom ou ruim para o Paraná.

Solidarizo-me com relação a questão de Ponta Grossa, mas vale lembrar que esse debate em relação a

Cascavel e Londrina, vem de dez anos, oito anos, quando foi elaborada a lei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

A de Ponta Grossa também.

O Sr. André Vargas (PT)

E se justifica, na medida em que há uma emenda parlamentar a ser avaliada por esta Casa. Então eu não sei exatamente quais são as dúvidas que caem sobre o coração de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço o seu aparte. Quero terminar o assunto. V. Exa. esclareceu plenamente. Eu alcancei a teoria do seu discurso.

Obrigado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dar meu abraço à Deputada Elza Correia, lutadora. V. Exa. merece estar sempre na história dessa Assembléia, pela coragem de sempre estar ao lado do Governo, mesmo que isso possa ter lhe custado tão caro, mas a senhora cumpriu o seu papel.

Vou fazer um requerimento e quero deixar registrado nos Anais desta Casa, essas três petições: a do Scavacca e a do José Cícero Rocha, para que esse Parlamento, um dia, escrever um novo livro como escreveu Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, o motivo de vir a esta tribuna é o fato ocorrido na madrugada de ontem, na desocupação de uma fazenda próxima a Londrina, em Tamarana, que estava ocupada pelos trabalhadores rurais sem terra desde setembro, fazenda do Deputado José Janene. Antes de eu fazer o registro desse fato, quero publicamente, me desculpar com o companheiro Welter, porque ontem, no calor do debate, acabei sendo bastante grosseiro com ele. Então, Welter, faço o meu pedido de desculpas, porque acho que se ofendemos publicamente, temos que pedir desculpas.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Está perdoado publicamente também.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O precedente que ocorreu na fazenda do Deputado Janene, é extremamente grave. Na madrugada de ontem, cerca de trinta pistoleiros, retiraram 38 famílias que esta-

vam lá. Retiraram as famílias com carabinas e, depois de retirá-las, a Polícia Militar esteve presente para tentar fazer a mediação, para que as pessoas pudessem voltar, buscar os seus pertences. Não autorizaram que a Polícia Militar voltasse a fazenda.

Eu acho que isso é muito grave. A Polícia Militar não precisa de autorização para entrar em determinado espaço. Não nesse caso, porque havia um conflito. Queimaram todos os barracos, todos os pertences que havia. Disseram que se há gado não devolvem.

Nós estamos numa situação em que abre-se um precedente que não só desmoraliza os trabalhadores rurais sem terra, porque eu acho que esse é um processo de luta entre aqueles que querem a Reforma Agrária e aqueles que entendem que devem defender o latifúndio. Desmoraliza o Governo do Estado, porque afronta a nossa Polícia Militar. Hoje mesmo o Coordenador do MST, aqui e o Coordenador do MST, em Londrina, entraram em contato com o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Delazari. Esse colocou à disposição para que haja uma mediação e uma solução.

Mas, o que me preocupa é que se nós tivemos como regra que milícias privadas passem a fazer desocupação de áreas, nós vamos transformar o Estado do Paraná no Estado em que a guerra civil poderá estar muito próxima, entre esses dois setores.

Eu falo isso porque é inadmissível que nós pensássemos que determinada área ocupada, e os ocupantes dessa área fosse ela improdutivo ou fosse por razões que na ocasião, inclusive, alegaram que era processo por conta de corrupção. Não quero entrar no mérito. Mas, se fizessem a ocupação e na sequência queimassem ou agredissem fisicamente, ou colocassem as pessoas que estavam lá, numa situação de extrema fragilidade física, eu acho que nós também teríamos que condenar.

Então a partir dessa conversa que nós tivemos na manhã de hoje, foi solicitado que alguns Deputados pudessem estar amanhã em Londrina. Nós convidamos alguns Deputados hoje aqui, para estarem lá, junto com a Corregedoria do Incra. Vamos procurar a Polícia Federal, o Prefeito Nelson Micheleti, vamos procurar setores da Polícia Militar do Estado do Paraná, porque o nosso papel, independente do lado em que nós naquele momento estejamos, é fazer a mediação para que as coisas que já não são boas, não se transformem em tragédias.

Felizmente nesse caso nós tivemos uma agressão física que não resultou em perda de vidas, mas abre-se um precedente. É por isso que eu fiz questão de registrar. Conversamos hoje com o Deputado André Vargas, Presidente do PT. O Partido dos Trabalhadores está expedindo uma nota a respeito do conflito. Amanhã durante o dia todos nós estaremos visitando não só a área, mas diversos órgãos, em Londrina, para fazermos essa mediação.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Eu também quero repudiar essa organização de milícias armadas para fazer despejo que não seja pela mão do Estado. Isso pode criar um caos.

Eu lembro de um caso que aconteceu na cidade de Cascavel, na BR, quando o pessoal se dirigia a fazenda Syngenta. Aqueles poucos agricultores, que foram fazer aquele protesto, impedir a caminhada, se houvesse um conflito, ou uma decisão muito sábia por parte do movimento, mas ali podia ter acontecido uma tragédia muito grande. Houve uma sensibilidade em função da maioria absoluta que tinha com relação às pessoas que lá fizeram, trabalhadores, fazendeiros, com os pequenos agricultores que querem uma pequena propriedade de terra. Então, se isso for fomentado no Estado, pode virar, realmente, uma guerra entre sem-terra e fazendeiros que, muitas vezes, induzem pessoas a fazer essas desapropriações de forma ilegal.

Acredito que a investigação deva ser profunda, fazendo com que haja a investigação para ver quem foi que conduziu para que isso acontecesse na fazenda do Deputado Federal Janene.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Elton Carlos Welter.

Eram essas considerações que eu gostaria de fazer e, amanhã, estaremos com uma comissão visitando não só a área que foi desocupada, mas também os diversos órgãos responsáveis pelo conflito agrário em Londrina.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB. PMDB. Liderança do Governo. Liderança da Oposição. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não iria fazer uso deste horário, mas diante das colocações do Deputado Tadeu Veneri e do Deputado Elton Carlos Welter, eu me sinto até no dever de fazer algumas colocações em relação à ação e à atuação do MST, do MLST e da Via Campesina, no Estado do Paraná e no Brasil

Ora, quando o proprietário procura fazer a defesa da sua propriedade é acusado de formação de uma milícia armada. No meu entender, a coisa mais sagrada que existe na face da terra é o direito à propriedade. Não existe coisa mais sagrada que isso. Agora, o MST, a Via Campesina e outros segmentos mais, intitulados como movimentos sociais, abusam da propriedade, metem fogo nos tratores, queimam as sedes das fazendas, e nada acontece.

Eu pergunto para os Srs. Deputados: onde está o direito do cidadão de trabalhar na sua propriedade?

Não quero falar da propriedade do Deputado José Janene. Poderíamos falar de tantas outras propriedades mais. Deputado Elton Welter, V. Exa. que é do Oeste do Paraná, nós tínhamos uma fazenda chamada Mitacoré, localizada no município de São Miguel do Iguaçu, fazenda modelo no Brasil que foi invadida e nunca mais conseguiram desocupar.

Do que a agricultura precisa hoje? Não é da pesquisa? Não é da ciência? Nós não precisamos reduzir o custo da nossa produção? E como é que nós vamos reduzir isso?

Por meio da pesquisa.

Vamos pegar os campos de Guarapuava até Três Pinheiros, que acredito todos aqui conhecem. Há trinta anos, se alguém dissesse para os agricultores: “eu te dou cem alqueires dessa terra de presente”, eles não aceitariam porque não se produzia nada e, hoje, naqueles campos de Guarapuava se produz mais milho do que na terra fértil do norte pioneiro ou mesmo do oeste do Paraná. Por que nós produzimos tanto? Porque houve pesquisa, investimento, para recuperar essa terra. A Via Campesina e o MST, camuflados através de movimentos sociais, invadem a Fazenda Syngenta que não é de produção, mas é uma fazenda de pesquisa e você não consegue desocupar uma área dessa, Deputado Durval Amaral. A Fazenda Syngenta tem a sua sede na Suíça, o seu faturamento em 2005 foi mais de oito bilhões de reais e estão enraizados em noventa países no nosso planeta. Vocês imaginaram o prejuízo que essa invasão e o não cumprimento da reintegração de posse está trazendo para o Brasil?

Vamos defender o MST que invadiu a fazenda do Deputado Janene. Poderíamos fazer uma brincadeira, mas é coisa séria. Há uma frase que diz o seguinte e que todos nós conhecemos: ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Poderíamos dizer o seguinte: invasão sobre quem age na invasão tem cem alqueires de chão. Onde é que nós estamos, minha gente?

Aqui, no Parlamento, falar que vamos atrás da Polícia Federal? Vamos buscar o governo, para ver o que aconteceu quando o proprietário foi desocupar a sua terra que foi invadida, por uma tropa que não respeita o direito à propriedade. Desculpe-me, mas não posso aceitar isso. Sou a favor da reforma agrárias e todos nós somos, de defender o direito da propriedade. Reforma agrária respeitando o direito de propriedade. Vamos comprar as terras e assentar as pessoas.

As pessoas, Deputados Elton Welter e Tadeu Veneri, que perderam o seu patrimônio? A Fazenda Boito, que foi objeto de investigação da Assembleia Legislativa, onde seus proprietários não conseguiram entrar para vacinar o seu gado. Levantamos, pelos documentos, tinham 1.500 cabeças de gado e hoje têm quatrocentas, quinhentas cabeças. Onde foi parar esse gado? Lamentavelmente o Governo começa a subsidiar através das ONGs, as pessoas que procuram e invadem a propriedade. Isso ficou confirmado, quando da invasão no Congresso, pelo Líder do MST, que além de ser Presidente da

ONG que recebeu milhões e milhões de reais do Governo Federal, usa esse dinheiro para invadir as nossas propriedades. Não posso concordar com isso.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Quero parabenizar pela coerência de um Parlamentar, como todos nós 54 somos, legisladores, Parlamentares e estamos aqui para criar leis. Assusta-me, Deputado Elio, ver que criadores de lei, Parlamentares dessa Casa, defendem o não cumprimento da lei. Não dá para entender mais nada. Foi dada a reintegração de posse para a fazenda do Deputado Janene, no final de novembro e até hoje o Governo do Estado não cumpriu. Mas é do Janene, Deputado.

Vamos falar da Syngenta. O senhor citou uma empresa de pesquisa e que esse pessoal que é mobilizado e coordenado por alguns líderes que têm outras intenções. Quero falar da Monsanto, em Ponta Grossa, uma área de pesquisa, que desenvolve o milho, o trigo, a soja convencional, a soja transgênica também, que o Presidente da República, que é do Partido dos Trabalhadores, autorizou o plantio em todo o território nacional.

Quer dizer, é uma contradição. Há um discurso que não casa com o Parlamento e espero que aqueles que discursam nesse sentido, parem e pensem. A lei é criada pelos Parlamentares e esses Parlamentares querem que as leis sejam cumpridas. Agora, estamos vendo aqueles que criam as leis, trabalhando no sentido de que ela não venha a ser cumprida. Não dá para entender mais nada! Tem é que a lei ser cumprida e espero que o Governador, neste segundo mandato, seja firme e cumpra as reintegrações de posse que são dadas pelo Poder Judiciário. Isso é o direito de propriedade e todos nós temos esse direito, porque está na Constituição e está na lei, Sr. Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Elton Welter e Deputado Valdir Rossoni, infelizmente não poderia conceder apartes, porque nosso tempo já expirou. Mas, com toda certeza, Deputado Elton Welter, podemos na semana que vem travar um grande debate sobre isso. E quero deixar bem clara a nossa posição, o que é a minha posição e acredito que seja a posição dos 54 Parlamentares da Assembléia e do meu Partido em particular, a nível nacional. Nós somos a favor da reforma agrária, mas respeitando o direito de propriedade. Agora, o que me preocupa, sim, Sr. Presidente, é quando a Assembléia Legislativa do Paraná quer fazer uma Comissão de levar a Polícia Federal, de levar órgãos governamentais, de levar o Incra para ver o que aconteceu quando se desocupou uma fazenda invadida, quando seu proprietário foi lá. Acho que a Assembléia tem que agir, sim, quando não se respeita o direito à propriedade. Vamos formar Comissão, mas já verificamos na CPI, verificamos na CI o que aconteceu com as fazendas do norte pioneiro, a Querência, acompanhado pelo Miltinho

Pupio, acompanhado pelo Tadeu Veneri, Deputada Luciana Rafagnin, onde vimos com nossos próprios olhos sedes de fazendas que foram destruídas pelo MST e não vi ninguém do PT levantar a voz para defender os proprietários. Ninguém! Agora, quando os “movimentos sociais” são atingidos, aí sim: “vamos formar uma Comissão, temos que ver o que aconteceu!”

Minha gente, a coisa é muito séria! Estamos vendo o que está acontecendo no Rio de Janeiro, estamos vendo o que está acontecendo em São Paulo e isso não é por acaso. Se a televisão diariamente mostra nossas casas, as invasões das terras e o Governo não faz nada para cumprir a reintegração, as pessoas se acham no mesmo direito. E escutando a CBN hoje, um dos repórteres dizendo que isso aqui na verdade é terrorismo. O que se está fazendo no Rio de Janeiro é uma provocação contra as ações do Governo Estadual e do Governo Federal para coibir exatamente o crime organizado. Mas, por outro lado, deixamos que esses “movimentos sociais” que digo de novo que são o MST e a Via Campesina, estão depredando nosso patrimônio particular e não se faz nada. Não vi ninguém dos defensores dos movimentos sociais uma vez se manifestar em favor dos proprietários. Nada! Agora, a coisa é séria! O Hugo Chavez está por aí, o Evo Morales também e há muita coisa que poderá acontecer ainda - Equador e tantos outros Países mais.

Encerro, Sr. Presidente, muito obrigado e na certeza de que este é um tema palpitante! Acho que aí sim a Assembléia Legislativa deveria se debruçar para defender os interesses dos proprietários e também defender os interesses daqueles que necessitam de um chão de terra para trabalhar e não para fazer política.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, quero participar aos Srs. Parlamentares que hoje às 19h00 será celebrada a missa de sétimo dia pelo falecimento do Sr. Ivo Borghetti, pai da nossa querida Deputada Cida Borghetti, que será celebrada na Igreja das Mercês, na avenida Manoel Ribas.

Há sobre a mesa um Requerimento nº 011 apresentado na data de ontem, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Maria Ferreira, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 17 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 069/06, Projeto de Lei nº 001/07 e do Projeto de Lei nº 297/06, Mensagem nº 046/06. **Aprovado.**

Registro o voto contrário dos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Durval Amaral e Barbosa Neto.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Só para esclarecimento. Essa Mensagem 03 consta da relação de Mensagens que foram objeto da convocação extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consta da relação.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 003/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a promover os atos complementares que se fizeram necessários à efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ato da autoria do Sr. Presidente Hermas Brandão, constante do expediente, incluindo a pedido do Sr. Governador do Estado a Mensagem nº 003/07 na relação das matérias a serem apreciadas na Sessão Legislativa Extraordinária convocada pelo Ato do Presidente nº 001/07, de 11 de janeiro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 025, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Rafael Greca, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 22 de janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei nº 004/07, e Mensagem nº 069/06, Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06. **Recebido; protocole-se; conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Requerimento nº 026, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Maria Ferreira, Rafael Greca, e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 22 de

janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 002/07, Projeto de Lei nº 003/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica. **Recebido; protocole-se; conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau, municipalizados mediante convênio. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 297/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente emenda tem como escopo suprimir da redação original do Projeto nº 297/06 o seu parágrafo 1º, do artigo 1º, renumerando o parágrafo 2º como parágrafo único.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

De acordo com a adução constitucional supra, não há que se permitir uma autorização legislativa que antecipe a doação descrita no parágrafo 1º do projeto, devendo sempre ser por lei específica.

É por esta circunstância que se faz necessária a emenda apresentada, buscando resguardar a constitucionalidade do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(a) HERMES FONSECA

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 297/06

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 297/06, oriundo da Mensagem nº 046/06 do Governo do Estado, objetiva suprimir da redação originalmente proposta o parágrafo 1º do seu artigo 1º, renumerando o parágrafo 2º como parágrafo único.

Sala das Sessões, em 17.01.07.

(aa) RENI PEREIRA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, BARBOSA NETO e VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica autorização legislativa, genérica e antecipada, para doação de bens imóveis do Estado, desvinculada das condições previstas no *caput* do artigo 1º deste projeto de lei.

Se a Administração Pública entender conveniente para o interesse público a doação de determinado bem imóvel, que peça a autorização do Poder Legislativo, caso a caso, justificando seus relevantes motivos, em obediência ao que determina o artigo 10 da Constituição Estadual.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, acho que minha emenda pode até ser compreendida pelo Líder do Governo e poderíamos aqui desobstruir a pauta de uma forma mais rápida. O que ontem falei aqui e inclusive o Deputado Chico Noroeste colocou que não era aquilo, mas é aquilo.

Aqui diz no artigo 1º e vou fazer quase que um encaminhamento para ver se podemos fazer um entendimento, Sr. Presidente. “Em conformidade com o artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar aos municípios imóveis de propriedade do Estado que estejam sendo ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau”. Até aí tudo bem! Concordo. O que não concordo é a seguir: “outros imóveis, ouvidos a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, quando for o caso do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, Fundepar, desde que considerados apropriados para a expansão do ensino fundamental”. A única questão que contesto. Acho que já estamos autorizando a regulamentar todas as escolas de 1º grau que foram construídas em terreno estadual, está autorizado no artigo 1º e nós nos reservamos ao direito de em outros casos de construção de escolas em terrenos do

Estado, que venha para cá o projeto e aí aprovamos caso a caso.

Então, estou propondo ao Líder do Governo. Se retirarmos aqui esta parte, está resolvido o nosso problema. Com a concordância do Deputado Dobrandino da retirada com a minha emenda, está acordada a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas há necessidade de se apresentar uma emenda aqui por escrito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas eu tenho a emenda aí, Sr. Presidente.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, fui designado Relator da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou encaminhar a emenda a V. Exa.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Não, está aqui. Eu vou me pronunciar a respeito, porque eu já fiz o parecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, é que à emenda tem que ser dado o parecer, Sr. Presidente, para que seja suprimida. Mas, veja, só um equívoco aqui, Sr. Presidente, que há: eles colocam aqui que tem que ser dado o parecer da Fundepar. A Fundepar está sendo extinta. Então, quero dizer, vamos tapar o sol com a peneira para não ficar tão feio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É que não está extinta ainda.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, eu passo então a relatar a matéria.

(**Lê Parecer**)

Esse é o parecer para que se acate a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer formulado pelo Deputado Hermas Fonseca. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica

e adota outras providências sobre o tributo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 430/06

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo reduzir a base de cálculo do ICMS em determinadas operações e geração de créditos presumidos.

Legitimidade

O presente projeto de lei visa a redução da base de cálculo, de forma que a carga tributária seja reduzida ao total de 7%, nas operações internas com apresuntado, banha de porco, mortadela, linguiças e salsichas, exceto em lata. Ademais, busca gerar crédito presumido para certas operações.

O ICMS é imposto de competência estadual, ou seja, o ente federado, a seu talante, pode instituir o imposto e regulamentá-lo, de acordo com leis maiores. Exatamente isto é reproduzido nesta lei, em que se modifica a base de cálculo e se regula o crédito presumido do mesmo imposto.

Ocorre, que desde logo deve ser trazido à baila a Lei Complementar nº 24/75 que dispõe da seguinte forma:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e retificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Em que pese o retro exposto, tem-se a legitimidade para legislar sobre direito tributário de fato é da Assembleia Legislativa, consoante disposto no artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.

Conclusão

Frente ao exposto, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, desde que acolhida a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 430/06

Dentro do que autoriza o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu artigo 137, parágrafo 4º, apresentamos esta emenda modificativa com fins de o artigo 1º do Projeto de Lei 430/06 alcançar a seguinte redação:

“Art. 1º O débito do ICMS passa a ser de 7% (sete por cento), nas operações internas com apresuntado, banha de porco, mortadela, linguiças e salsichas, exceto em lata.

Parágrafo Único...”

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca e Barbosa Neto.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 430/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que objetiva conceder redução de base de cálculo do imposto nas operações internas com apresuntado, banha de porco, mortadela, linguiças e salsichas, exceto em lata, conforme especifica e adota outras providências sobre o tributo.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal iniciativa, pretende reduzir de 12% para 7% nas operações internas, tanto o valor do débito do imposto, como também o valor do crédito a ser aproveitado pelo contribuinte, tal fato não provoca impacto na receita tributária do Estado. Pretende ainda, o autor, igualar a carga tributária entre esses produtos quando fabricados pelos frigoríficos ou pelas indústrias de embutidos. Assim institui-se o crédito presumido de que trata o artigo 2º, o qual não é aplicável aos frigoríficos que já são beneficiados pelo crédito presumido da Lei nº 14.747, com o mesmo percentual.

Conclusão

Desta forma, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Existe uma emenda da CCJ, uma Emenda Modificativa. Está em votação a emenda. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 436/06, de autoria do Ministério Público do Paraná, Ofício nº 1614/06, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que regula a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 436/06

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 436/06, excluindo o artigo 11 do texto legal:

“Art. 10. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 11. EXCLUÍDO”.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ, é Emenda Corretiva.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é aquela que corrige o erro do Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Corrige.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dispõe sobre a proibição de bebida alcoólica em ônibus, transporte coletivo urbano, interurbano e similares. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/07, que objetiva extinguir a Fundepar - ISEP e DECOM, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda que é também uma emenda corretiva.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/06, que objetiva criar 37 (trinta e sete) cargos de provimento em Comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (**Publ. no DA nº 156, de 15.01.07, em Mensagens**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 001/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim a criação de 37 novos cargos em comissão na estrutura do Poder Executivo, em especial na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 66, I, assim dispõe dizendo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Nesse sentido, o presente projeto respeita o exigido constitucionalmente, em razão da origem do projeto ter sido proveniente do Poder Executivo, garantida assim, a prerrogativa que lhe detêm para iniciar os projetos dessa natureza.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar

nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, bem como com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a justificativa, parte integrante do projeto, explicita a origem dos recursos.

Dessa forma, em sede de parecer, opina-se pela aprovação em razão da constitucionalidade do presente projeto.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO GERAL
PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE
FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 001/07

P A R E C E R :

Apresentação

O Projeto de Lei nº 001/07, em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar 37 cargos simbologia DAS-1, de provimento em comissão na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania; criação de quatro cargos simbologia AE-1, na COMEC, e a criação de dois cargos em comissão de Secretário Especial no artigo 14 da Lei nº 8.485/87.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, devidamente apresentado o cálculo de impacto financeiro.

Conclusão

Diante do exposto, não havendo nenhum impedimento para a normal tramitação, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.01.07.

(a) HERMES FONSECA - Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, este projeto de lei do Governador do Estado do Paraná que visa criar 37 cargos mais quatro cargos em comissão com salário de Secretário mais duas secretarias especiais não veio acompanhado pelo impacto financeiro. Ontem nós levantamos essa questão aqui na Assembléia Legislativa e V. Exa. prontamente entendeu, da mesma forma como nós entendemos, o Líder do Governo, Deputado Dobrandino também entendeu dessa forma que se fazia necessário o impacto financeiro em relação à criação desses cargos, no Executivo.

Pois bem, só para refrescarmos a memória, quando estávamos discutindo esse projeto estava aqui na Mesa o Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, nosso amigo, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, que ouviu exata-

mente a nossa manifestação e ele viu e ouviu o entendimento que houve na Assembléia da retirada desse projeto tendo em vista a necessidade do Governo enviar o impacto financeiro.

Na mensagem governamental que veio para a Casa o Governo disse que criaria 37 cargos no valor de 5 mil 251 reais e 78 centavos, o valor de cada cargo, isso já fazia parte, Deputado Valdir Rossoni da mensagem governamental. Dizia na mesma mensagem ainda que os outros cargos, os quatro cargos em comissão, simbologia AE1, no valor de 11 mil 915 reais e 44 centavos, que é o mesmo salário de um Secretário e mais dois cargos em comissão de Secretários Especiais com a mesma simbologia AE1 no valor de 11 mil 915 reais e 44 centavos cada um.

Nós pedimos então o impacto financeiro e o que é que veio para a Assembléia Legislativa? Olhem Srs. Deputados e cara imprensa do Paraná, Deputado Dobrandino, nós que procuramos V. Exa. logo depois que chegou às nossas mãos esse falado impacto financeiro assinado pelo Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, e diga-se, ele ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, o que ele enviou para nós? Um relatório dizendo que se cria 37 cargos no valor de 5 mil 278 reais e 78 centavos, perfazendo 195 mil 314 reais e 86 centavos, mais os outros quatro cargos de 11 mil 925 reais e 44 centavos, perfazendo 47 mil 701 reais e 76 centavos e mais dois cargos de 11 mil 925 reais e 44 centavos, perfazendo 23 mil 850 reais e 88 centavos. Esse é o impacto financeiro!

Procurei o Dobrandino e mostrei para o Deputado e falei: o Rafael Iatauro está nos chamando de burros, porque não é possível, esses valores já estavam na mensagem. Não é possível que o Governo do Estado através do Rafael Iatauro, e diga-se de passagem respeito o Rafael Iatauro com ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, que deu "N" pareceres em relação as contas municipais, não mandou impacto financeiro. Falamos com o Presidente Hermas Brandão que não podíamos aceitar isso. Isso não é impacto financeiro. O que ele fez foi fazer ofício apenas ratificando aquilo que já fazia parte da mensagem. E brincar com a Assembléia Legislativa, Deputado Dobrandino, respeito V. Exa. e V. Exa. prontamente disse: isto não é impacto financeiro. V. Exa. concordou.

Sei que V. Exa. tomou algumas providências, e parece-me que já está nas mãos do Deputado Dobrandino, parece-me que uma retificação, uma ratificação desse ofício que o Rafael Iatauro mandou para a Assembléia Legislativa. Agora sim.

O que é impacto financeiro? Se criarmos cargos, não somos nós que estamos exigindo, quem exige isso é a Lei Complementar nº 101 de 2000, que é a lei de crime de responsabilidade tão aplicada pelo Tribunal de Contas. Quem exige isso é a lei, o impacto financeiro tem que informar a Assembléia Legislativa. Esses cargos sabemos quanto totaliza, em números redondos 265 mil, esses 43 cargos totalizam por mês. Agora o que representa isso na folha de pagamento? Qual é o impacto que isso causa?

Isso não veio no primeiro ofício. E se for dessa forma, se o Dobrandino tem essa informação que o Governo do Estado voltou atrás, reconheceu o seu erro nós podemos até concordar.

Presidente, gostaria até que o Deputado Dobrandino pudesse se manifestar e para que nós pudéssemos depois concluir o nosso encaminhamento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Cobramos do Governo, defendo o Governo como Líder do Governo, mas respeito a Casa. Quero, Deputado, primeiro pedir desculpas. O Secretário pediu que explicasse à Assembléia as razões. Na verdade ele assinou isso sem fazer uma correção e não estava na verdade o impacto. Enfim, agora está aqui.

(Passa a ler): *Vale frisar que os valores acima citados representam 0,05462% do total mensal da despesa com pessoal administrativo.*

Então, na verdade o Deputado tinha razão. Mas aqui estão os números do impacto financeiro desse projeto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Deputado Dobrandino, desde que este ofício faça parte do projeto. Agora, realmente o Governo do Estado informa à Casa Legislativa o que representa isso na folha de pagamento. Diante dessa correção por parte do Governo podemos então concordar com o impacto, ao menos aquilo que exige a lei de responsabilidade foi cumprida pelo Governo do Estado, não na sua totalidade. Embora que ainda deveria vir o que representa isso, fala o que representa isso na folha de pagamento, diz que representa 0,05462. O total com toda certeza vai ficar abaixo dos 49%, que é o limite máximo que o Governo pode gastar. Não está o percentual. Mas concordamos com isso aí. Acho que em parte está atendido o impacto financeiro. Não podíamos aceitar isso de forma nenhuma.

Quero agradecer ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que tem realmente procurado... Vamos votar a favor o parecer. O projeto depois no mérito nós vamos discutir de novo. Mas a parte do impacto financeiro ao menos o Governo tentou cumpri-la.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Par Encaminhar)

Acompanhando o raciocínio do Deputado Rusch, Presidente da Comissão de Finanças desta Casa, diz a lei que qualquer projeto pode ser corrigido antes de ser votado. Houve um equívoco do Governo. Acabou esquecendo de mandar o mais importante, que é o impacto financeiro, na folha. É um errinho pequeno. Se fosse um coitadinho de Prefeito do interior, já levaria uma ação na Justiça, porque não mandou o impacto financeiro do que isso representa. Nós consertamos tudo que vem.

Quero dizer que vou votar a favor dessa matéria até porque tenho respeito com as pessoas que vão para as penitenciárias e que sou membro de apoio do Governo

nesta Casa. Deputado Dobrandino, sei que V. Exa. não merecia nem ouvir isso, mas vou ser sincero. Há questão de um tempo atrás, nós tivemos uma discussão sobre o aumento dos Procuradores do Estado do Paraná e eu, usando atribuições do Regimento Interno desta Casa, fiz uma emenda que faria com que os Procuradores do Estado deixariam de receber, porque a minha Emenda estendia isso aos Procuradores, aos advogados das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. São seis em Maringá, cinco em Londrina e oito em Ponta Grossa.

Deputada Cida Borghetti, V. Exa. que tem brigado por Maringá, Deputada Elza, Deputado André Vargas, que anda tão afinado com o Governo, que anda fazendo a cabeça do Governo, podia ter me ajudado nesse caso. Naquele dia, houve um compromisso dessa Casa e quero dizer que naquele dia, retirei a minha emenda para não prejudicar todos os demais Procuradores do Estado, com a intenção de que o Governo mandaria a esta Casa, esse projeto que está nas minhas mãos, projeto de lei feito pelo Governo que está parado na Casa Civil, um projeto que dá o mesmo direito a esses dezenove advogados, a serem Procuradores como os demais e como outros ganharam também o que não é justo, porque a Constituição Federal prega que tem que haver igualdade; tive apoio de todos os Deputados.

Deputado Rossoni, me lembro de V. Exa. e de um cidadão que estava ali, na tribuna de honra, um advogado de carreira, do Estado, que gritou comigo e disse: “o que o senhor pensa que está fazendo, Deputado? O senhor quer acabar conosco?” Eu fui àquela tribuna e disse: “não tenho nada contra o senhor, nem lhe conheço. Estou defendendo os meus advogados de Ponta Grossa. Sou Deputado que representa a Universidade de Ponta Grossa e a minha região”. Por tabela, beneficia Londrina e Maringá também, porque estão incluídos mais alguns Procuradores. Fiz a defesa da minha emenda e o cidadão quase teve um infarto, um dos velhinhos que estava ali. Tivemos que parar a Sessão para eu retirar a minha emenda.

Eu, de boa fé, de respeito ao Governo, por ser da Bancada do Governo, mais uma vez, humildemente vim aqui. Os companheiros pediam para eu retirar para não prejudicar os demais Procuradores. Lá fui eu na boa vontade, no respeito, retirei a minha emenda para favorecer todos os Procuradores com o compromisso que Governo mandaria só para esses dezenove Procuradores, uma retificação, um projeto de lei, que iria complementar o salário desses dezenove senhores advogados das Universidades. Passou o tempo, o projeto está lá nas gavetas. Falei ontem aqui, não pode vir agora é período extraordinário. Puxa, mas não se cumpre a questão de direito, não se cumpre à ordem. Tem que fazer primeiro o que é primeiro, segundo o que é segundo.

Por exemplo, tinha que primeiro vir esse projeto que tinha prometido. Agora como é que eu vou votar esse segundo projeto, que cria cargos. Como é que eu vou

explicar lá para os meus advogados, os advogados de Ponta Grossa, que eu fui iludido. Eu não vou dizer enganado porque, acho que ninguém quis me enganar, mas eu fui iludido pelo Governo que eu defendo.

Agora, eu tenho que votar e mais uma vez eu vou dar uma demonstração aqui de respeito a esse Governo. Eu vou votar para não prejudicar os outros. Agora veja que moral que eu fico. O Governo acaba me iludindo, eu passo lá na minha região. Olha o Deputado Jocelito prometeu que ia conseguir, mas não conseguiu. Porque eu tive a promessa do Governo, do Dr. Botto.

O Dr. Botto assumiu esse compromisso. Ou o Dr. Botto não tem palavra. Eu sempre acreditei no Botto. Eu acreditei nessa Casa.

Presidente, V. Exa. disse a mim. V. Exa. lembra dessa Sessão? Lembra, V. Exa. deu a palavra para mim, também. Quero que o senhor me ajude a justificar algo que nós não fizemos. Eu fico mais triste com o senhor, sabe por quê? Porque, vou confessar agora, não é afronta a V. Exa. é um direito que eu quero ter para dizer para o senhor, frente-a-frente com o senhor. Sabe por que eu fiquei triste com o senhor? Porque o senhor foi Governador desse Estado por alguns dias, eu lhe pedi para o senhor mandar esse projeto para cá. E V. Exa. era o Governador, me desculpe a franqueza.

Eu fiquei esperando, Presidente Hermas, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa., eu fiquei esperando que V. Exa. mandasse esse projeto, porque nós tínhamos um compromisso inclusive com o pessoal de Jacarezinho, que V. Exa. diz que têm também, que eu não sei. mas, que era tão pouco. Só que sinto-me pequeno quando volto na base e alguém diz assim: puxa, nós não conseguimos votar aquilo, mas estamos votando novas secretarias e, isso me machucou muito. Eu diria ao senhor: o senhor passa com média comigo. Não tenha dúvida nenhuma, V. Exa. já fez muita coisa boa por mim, eu jamais desrespeitaria V. Exa.

Mas gostaria de, publicamente, com toda a sinceridade e franqueza, fazer esse desabafo aqui, porque acho que quando V. Exa. honrou essa Casa sendo Governador, eu esperava que isso viesse para cá, e ter votado e resolvido o problema desses poucos dezenove Desembargadores.

Muito obrigado. Desculpe-me a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não é justificativa. V. Exa. merece realmente o respeito e a atenção nossa. Quando nós assumimos o Governo, nós pedimos à Secretária da Administração Maria Marta, para que providenciasse o estudo a respeito dessa questão. Fui informado depois de uma semana, de dez dias, que seria impossível transformar os cargos, fazer o preenchimento dos cargos, sem fazer um concurso.

Eu confesso a V. Exa. que não recebi bem a resposta, também. Mas tive que aceitar essa posição técnica, até porque não tinha uma discussão mais ampla sobre o assunto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Questão de Ordem)

Eu agradeço Sr. Presidente e gostaria de fazer mais uma questão de ordem.

Dia 15 eu não estive nas Sessões aqui, eu estou até protocolando um requerimento. Dia 15 eu estava escrevendo aquele relatório da CPI. Eu não acompanhei aquelas últimas Sessões, não sei se a sua memória está boa, mas a sua assessoria pode estar.

Queria perguntar a V. Exa. se esta Casa aprovou as contas do Governador Roberto Requião de 2003, 2004 e se aprovou alguma conta do Governador Jaime Lerner?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aprovou três contas do Governador Roberto Requião e uma conta do Governador Jaime Lerner.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É de 2003, 2004 e 2005?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E a do Jaime Lerner referente...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

2002, se não me falha a memória.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

2002 do Lerner, 2003 do Requião, 2004 do Requião e 2005 do Requião. Todas foram aprovadas por unanimidade nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Todas aprovadas por unanimidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Hermes Fonseca para fazer o relatório porque já está aprovado o requerimento transformando em Comissão Geral.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, acho que o projeto já tem o parecer da CCJ e ele está em 1ª votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tem parecer da Comissão de Finanças, Justamente, nós estamos suprindo essa falta de parecer da Comissão de Finanças.

O SR. HERMES FONSECA (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Incumbiu-se a Presidência de relatar, pela Comissão de Finanças, o Projeto de Lei nº 01/07, que tem por

escopo criar 37 cargos na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a denominação de Diretor-Geral de Presídio, simbologia DAS-1; quatro cargos de provimento em comissão, simbologia AE-1 da Comec; e dois cargos em comissão de Secretário Especial, de acordo com o artigo 14 da Lei nº 8.485 de 03 de junho de 87.

Esta Comissão, através desta Relatoria, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, tendo em vista que foi apresentado o relatório de cálculo de impacto financeiro, se pronuncia favoravelmente à aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do nobre Deputado Hermes Fonseca. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação o projeto em 1ª Discussão. A sua constitucionalidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós, neste momento, estamos votando a constitucionalidade, como bem V. Exa. disse. Não temos como não votar a sua constitucionalidade, mas nós estamos, no dia de amanhã, em segunda votação, entrando com uma emenda supressiva para o artigo 2º.

Então, fica bem claro que não estamos votando favorável à criação dos cargos. Não podemos ser contra a sua constitucionalidade, porque este é um poder atribuído ao Executivo.

Então, somos favoráveis à votação da constitucionalidade e, amanhã, entraremos com uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto de lei em 1ª Discussão nº 01/07, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 69/06. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 19, 22, 23 e 24, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a

presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 297 e 430/06; do Projeto de Lei Complementar nº 436/06; e dos Projetos de Lei nºs 572/06 e 002/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/07 e do Projeto de Lei nº 004/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atos da Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 010/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15.339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15.339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

| Cor | Código | P/A | Fonte | Valor |
|------------|----------|------|-------|--------------|
| 1712491100 | 31901100 | 2000 | 100 | 5.000.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Cor | Código | P/A | Fonte | Valor |
|------------|----------|------|-------|--------------|
| 1712491800 | 31909200 | 2000 | 100 | 5.000.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 10.01.07.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: NEREU MOURA

Primeiro Secretário

